

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 7278/2024

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Do Objeto

1.1.1 - Contratação de empresa especializada para prestar serviço continuado de locação de 02 (dois) veículos Van/Furgão tipo Ambulância, mediante utilização de Ambulância de suporte avançado - UTI móvel – Tipo D, dotada de equipamentos e materiais para transferência de pacientes, já equipada para sua finalidade com os materiais e equipamentos necessários, incluindo seguro completo e manutenções preventivas e corretivas quando necessário visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de saúde, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	PRAZO DO SERVIÇO	QUANT. SERV/MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	2	Locação de 02(duas) AMBULÂNCIAS com as seguintes características: VAN/FURGÃO TIPO AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO UTI MÓVEL COMPLETA - TIPO D Os veículos deverão possuir: Freios ABS; Sistema de ar condicionado; Direção hidráulica ou elétrica; Travas e vidros elétricos; Motor 2.0 ou superior. São itens obrigatórios nesta modalidade: Sem motorista; Sem fornecimento de Combustível; Cor branca; Veículo novo 0km; Sinalizador ótico e acústico; Maca com rodas e articulada; Dois suportes de soro; Cadeira de rodas dobrável; Instalação de rede de oxigênio com régua tripla para permitir a alimentação de respirador; Cilindro portátil de oxigênio como descrito no item anterior; Respirador ciclado a pressão ou volume não eletrônico (obrigatório que exista pelo menos um respirador a volume disponível); Monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível	SERV/MÊS	12	R\$ 46.600,00	R\$ 559.200,00



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. nº 7278/2024

Folha nº _____

Rub. _____

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	PRAZO DO SERVIÇO	QUANT. SERV/MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
		(deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não invasivo); Bomba de infusão com bateria e equipo; Kit vias aéreas (contendo: cânulas endo-traqueais de vários tamanhos, cateteres de aspiração, adaptadores para cânulas, cateteres nasais tipo óculos, seringa de 20ml para sonda duboff, ressuscitador manual adulto e infantil, sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos, pares de luvas de procedimentos, máscara para ressuscitador adulto e infantil, frasco de xilocaína geléia, Cadarços para fixação de cânula, laringoscópio infantil com lâminas retas 0 e 1; Laringoscópio adulto com lâmina curvas 1, 2, 3 e 4; Estetoscópio, esfigmomanômetro aneróide adulto e infantil, cânulas oro-faríngeas adulto e infantil, fios-guia para entubação, pinça de magyl, bisturi descartável nº 22, cânulas para traqueostomia; Kit acesso venoso (contendo: tala para fixação de braço, pares de luvas de procedimentos, recipiente de algodão com anti-séptico, pacotes de gaze estéril, rolo de esparadrapo, material para punção de vários tamanhos, garrote, equipos de macro e micro gotas, intracaths adulto e infantil, tesoura, pinça de kocher, cortadores de soro, lâminas de vários tamanhos, seringas de vários tamanhos, torneiras de 3 vias, polifix de 4 vias, frascos de ringer lactato, frascos de cloreto de sódio e frascos de soro glicosado a 5%); Duas caixas de pequenas cirurgias; Kit de parto como descrito nos itens anteriores;				



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. nº 7278/2024

Folha nº 278

Rub. 9

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	PRAZO DO SERVIÇO	QUANT. SERV/MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
		<p>Outros frascos de drenagem de tórax, coletores de urina, sondas vesicais, extensão para dreno torácico, protetores para eviscerado e queimaduras, espátulas de madeira, sondas nasogástricas, eletrodos descartáveis, equipo para drogas fotossensíveis, equipos para bombas de infusão e circuito de respirador estéril de reserva;</p> <p>Equipamentos de proteção à equipe médica: óculos, máscaras e aventais;</p> <p>Cobertor ou filme metálico para conservação de calor do corpo;</p> <p>Campo cirúrgico fenestrado;</p> <p>Almotolias com antisséptico;</p> <p>Colares cervicais de diversos tamanhos; Prancha longa para imobilização de coluna; Medicamentos necessários ao atendimento de urgência; Radiocomunicação; Em caso de transporte neonatal, a Ambulância Tipo D deverá contar com: Incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 Volts), suporte em seu próprio pedestal para cilindro de oxigênio temperatura com alarme. A incubadora deve estar apoiada sobre carro com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância;</p> <p>Respirador ciclado a pressão, com "blender" para mistura gasosa e controle de pressão expiratória final, possibilidade de respiração controlada e assistida, de preferência não eletrônico;</p> <p>Nos demais itens deve constar a mesma aparelhagem e medicamentos de suporte avançado, com os tamanhos e especificações adequadas ao uso infantil, exceto kit de parto; Ser equipados com rastreador GPS que permita: rastrear, bloquear, identificar o</p>				

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	PRAZO DO SERVIÇO	QUANT. SERV/MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
		condutor, monitorar velocidade e itinerário, estabelecer cerca eletrônica para definir locais e horários que o veículo pode circular e gerar relatórios diários por placa e grupo de serviços; Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustíveis de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/98; Entregar as ambulâncias devidamente identificadas (adesivadas) constando: "Fundo Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia". Os adesivos obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Secretaria solicitante.				

1.1.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 097, de 15 de junho de 2022.

1.1.4 - O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da expedição da Ordem de Serviço.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2 - A presente contratação se encontra prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, mais precisamente no item 202 (Serviço de Locação de veículos automotivos, incluindo veículos de passeio, utilitários, vans, ônibus, micro-ônibus e ambulâncias. A contratação pretende a manutenção do funcionamento dos equipamentos de saúde e dos próprios setores administrativos da Secretaria Municipal, facilitando o transporte de funcionários e munícipes usuários dos serviços de saúde municipal.)

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - Da Descrição Técnica e Detalhamento do Objeto:

3.1.1 - Locação de 02 (duas) ambulâncias do tipo VAN/FURGÃO para suporte avançado UTI móvel completa (Tipo D), com as seguintes especificações: os veículos devem ser novos (0 km), de cor branca, equipados com freios ABS, sistema de ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, travas e vidros elétricos, e motor 2.0 ou superior. Não será fornecido motorista nem combustível.

Os veículos devem incluir: sinalizador ótico e acústico, maca com rodas e articulada, dois suportes de soro, cadeira de rodas dobrável, instalação de rede de oxigênio com régua tripla para alimentação de respirador, cilindro portátil de oxigênio, respirador ciclado a pressão ou volume (com a obrigatoriedade de ao menos um respirador a volume disponível), monitor cardioversor com bateria e marca-passo externo não invasivo, bomba de infusão com bateria e equipo, e kit de vias aéreas contendo cânulas endotraqueais de vários tamanhos, cateteres de aspiração, laringoscópios (infantil e adulto), máscaras para ressuscitador, e outros materiais necessários para procedimentos respiratórios e de intubação.

Além disso, os veículos devem dispor de estetoscópio, esfigmomanômetro adulto e infantil, cânulas orofaríngeas, bisturis descartáveis, cânulas para traqueostomia, e drenos para tórax. Também devem conter um kit de acesso venoso com talas, luvas de procedimentos, pacotes de gaze estéril, materiais para punção, e frascos de soluções intravenosas como Ringer lactato, cloreto de sódio e soro glicosado a 5%. Devem ser fornecidos dois kits de pequenas cirurgias e um kit de parto completo, além de materiais para drenagem torácica, sondas vesicais, eletrodos descartáveis, e outros insumos médicos essenciais.

A ambulância deve estar equipada com itens de proteção para a equipe médica, como óculos, máscaras e aventais, cobertores ou filme metálico para conservação de calor corporal, campos cirúrgicos fenestrados, colares cervicais de diferentes tamanhos e prancha longa para imobilização de coluna, além de medicamentos necessários para atendimento de urgência e radiocomunicação.

Caso haja transporte neonatal, a ambulância deve contar com uma incubadora de transporte de recém-nascido, com bateria e ligação elétrica ao veículo (12 volts), cilindro de oxigênio com suporte, respirador ciclado a pressão com mistura gasosa controlada, e equipamentos adaptados para uso infantil. O veículo deve possuir rastreador GPS para monitoramento do condutor, velocidade e itinerário, além de gerar relatórios diários por placa e grupo de serviços. Preferencialmente, as ambulâncias devem utilizar combustíveis de origem renovável ou ser bicomustíveis, conforme a Lei nº 9.660/98.

Os seguros, impostos, acidentes ou roubos são de inteira responsabilidade da contratada. As ambulâncias devem ser entregues devidamente identificadas com adesivos do "Fundo

Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia", seguindo o modelo fornecido pela Secretaria solicitante.

Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto, RCF-V (responsabilidade civil facultativa veicular) danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros e danos morais, bem como ser extensivo, em caso de acidentes, à tripulação e ao paciente.

Os veículos deverão atender as normas cuja responsabilidade pela fiscalização e/ou homologação cabe aos órgãos governamentais próprios, tais como: CONAMA, DETRAN, DENATRAN, CONTRAN, CTB, ABNT e de códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes a esse tipo de veículo, devendo todas as normativas citadas serem devidamente observadas pelo CONTRATADO.

A CONTRATADA deverá entregar os veículos com toda a documentação regular, inclusive o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV referente ao exercício vigente no momento da entrega, por se tratar de zero quilômetro e cópias autenticadas das apólices de seguro obrigatórios (DPVAT) atualizadas.

Em caso de renovação, deverá a CONTRATADA apresentar, no prazo estabelecido pelos órgãos de trânsito competente, a comprovação de quitação do IPVA e o CRLV dos veículos com a competência do referido exercício.

A CONTRATADA deverá entregar os veículos em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei nº 9.503/97, de 23.09.97) - Código de Trânsito Brasileiro, inclusive quanto ao registro e concessão de operação nos órgãos competentes, podendo a CONTRATANTE, sempre que julgar necessário e pertinente, exigir a imediata substituição daqueles veículos que não estejam nas condições ideais de trafegabilidade, sendo esta substituição por veículo de mesmas especificações e características ou de qualidade superior. Os veículos requisitados deverão estar devidamente licenciados, equipados e totalmente regularizados, de forma a atender todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações onde são definidas as normas de conduta e conteúdo do equipamento a ser utilizado nos veículos.

Os veículos deverão possuir ar condicionado, direção hidráulica, acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor estepe, chave de roda, macaco, triângulo e estepe), bem como equipamentos e utilidades que permitam o rastreamento e monitoramento do mesmo, de modo a ser possível, preferencialmente via web ou telefone contornar eventuais ocorrências, tais como:

- I. Rádio comunicador;
- II. Rastrear o veículo 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- III. Busca de endereço onde o veículo se encontre em mapa com marcação de rota em tempo real;
- IV. Localização exata do veículo, com dia, hora e velocidade;
- V. Possibilidade de bloqueio remoto via celular ou web.

A CONTRATADA arcará com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto deste termo de referência, incluindo todos os custos e encargos. A CONTRATADA também deverá prestar assistência 24 horas, assegurando a continuidade e eficiência do serviço.

Em caso de avaria, acidente, ou manutenção corretiva, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do veículo, de mesmas especificações e características ou de qualidade superior, obedecendo ao prazo máximo de 12 (doze) horas, não causando prejuízos e interrupção no atendimento dos pacientes.

As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas se darão sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE, e quando houver a real necessidade. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá, também, providenciar laudo técnico sobre as condições de uso dos pneus do veículo e, caso o laudo seja desfavorável, a substituição deverá ser imediata. As manutenções preventivas e corretivas abrangem a realização de geometria e balanceamento. No caso de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, por culpa ou não da CONTRATADA, a CONTRATADA providenciará a devida comunicação para elaboração de Registro de Ocorrência. A remoção, a despesa com guinchos, as franquias de seguro e outras despesas relativas aos veículos sinistrados são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, através de seguro próprio para os veículos já embutido no valor da proposta. A CONTRATADA se responsabilizará pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros.

No início da prestação dos serviços e periodicamente será realizada vistoria, sendo emitido o Termo de Vistoria, onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.

A CONTRATADA deverá possuir seguro total dos veículos locados, inclusive para cobrir danos a terceiros. Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios, face ao Código Nacional de Trânsito e demais legislações pertinentes.

A manutenção preventiva deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias úteis e o prazo para realização da manutenção, preventiva ou corretiva, não deverá ultrapassar 12 (doze) horas. No caso de exceder esse prazo, outro veículo de mesmo nível ou superior deverá ser disponibilizado.

A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de impostos referente a prestação de serviços, licenciamento e IPVA.

A CONTRATADA deverá Apresentar para a contratante, via e-mail, as multas oriundas do uso dos veículos (dentro do período do contrato) no prazo legal para pagamento, identificação e contestação. (Obs: no ato da realização dos contratos, a contratante irá apresentar o e-mail, contato telefônico e o servidor responsável pelo recebimento e o devido encaminhamento das multas).

Entregar as ambulâncias devidamente identificadas (adesivadas) constando: "Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia". Os adesivos obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Secretaria solicitante no momento da contratação.

As ambulâncias deverão estar equipadas com pneus em perfeitas condições de uso e de segurança, inclusive estepe. Os pneus não poderão ser recauchutados. Na troca de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados.

Toda manutenção do veículo, bem como seguro e pneus são de responsabilidade da contratada.

As Ambulâncias deverão conter todas as especificações conforme termo de referência.

O combustível, motorista e equipe médica necessários ao transporte dos pacientes serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia.

Os veículos deverão ser totalmente segurados. A cobertura do seguro deverá contemplar todos os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, intempéries da natureza, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais causados a terceiros e/ou ocupantes do veículo, bem como os casos de responsabilidade civil por danos morais.

3.2 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Da Sustentabilidade:

4.1.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1 – Critérios Ambientais:

4.1.1.1.1 – A contratada, no fornecimento do objeto desta contratação, deverá optar por produtos com menor consumo de energia ou com certificações que atestem sua eficiência energética (por exemplo, o selo Procel ou similar).

4.1.1.1.2 – A contratada, no fornecimento do objeto desta contratação, deverá dar preferência a bens que utilizem matérias-primas renováveis e com menos impacto ambiental.

4.1.1.1.3 – A contratada, no fornecimento do objeto desta contratação, deverá priorizar produtos que tenham maior vida útil e sejam de fácil manutenção, reduzindo a necessidade de substituição e o descarte precoce.

4.1.1.1.4 – Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustíveis de origem renovável ou bicomcombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/98;

4.1.1.2 – Critérios Sociais

4.1.1.2.1 – A contratada, no fornecimento do objeto desta contratação, deverá garantir aos seus colaboradores condições de trabalho dignas e conformidade com normas sociais e trabalhistas.

4.1.1.2.2 – A contratada deverá apresentar declaração de conformidade com as normas trabalhistas que vedam a utilização de trabalho infantil e análogo ao escravo, condições que serão frequentemente fiscalizadas pela contratante.

4.1.1.3 – Critérios Econômicos

4.1.1.3.1 – Para a presente contratação fora verificado o custo total de propriedade, incluindo, além da aquisição, a operação, eventuais manutenções e descarte, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

4.1.1.3.2 – Os produtos escolhidos como solução para a presente contratação se tratam daqueles com maior durabilidade e menor necessidade de reposição, conforme amplo estudo descrito no ETP em anexo, devendo a contratada fornecer os itens com todas as especificações mínimas constantes neste termo de referência.

4.4 – Da Subcontratação

4.4.1. - É vedada a subcontratação do objeto do presente Termo de Referência, salvo se expressamente autorizado pela Administração Contratante.

4.4.1.2 – O montante subcontratado não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

4.5 – Da Garantia da contratação

4.5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 – Das Condições de Entrega

Os serviços serão prestados de forma contínua, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação, na forma da lei de licitações, com prazo de início a partir do **recebimento da ordem de início serviço**.

Os veículos deverão ser entregues à CONTRATANTE na garagem da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Francisco Coelho Pereira, 255, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, CEP: 28941-068, em até 60 dias corridos (sessenta) **da assinatura do contrato**.

Os veículos deverão possuir seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto, RCF-V (responsabilidade civil facultativa veicular) danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros e danos morais, bem como ser extensivo, em caso de acidentes, à tripulação e ao paciente.

Os veículos deverão atender as normas cuja responsabilidade pela fiscalização e/ou homologação cabe aos órgãos governamentais próprios, tais como: CONAMA, DETRAN, DENATRAN, CONTRAN, CTB, ABNT e de códigos, normas, leis e regulamentos dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e das empresas concessionárias de

serviços/produtos públicos que estejam em vigor e sejam referentes a esse tipo de veículo, devendo todas as normativas citadas serem devidamente observadas pelo CONTRATADO.

A CONTRATADA deverá entregar os veículos com toda a documentação regular, inclusive o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV referente ao exercício vigente no momento da entrega, por se tratar de zero quilômetro e cópias autenticadas das apólices de seguro obrigatórios (DPVAT) atualizadas.

Em caso de renovação, deverá a CONTRATADA apresentar, no prazo estabelecido pelos órgãos de trânsito competente, a comprovação de quitação do IPVA e o CRLV dos veículos com a competência do referido exercício.

A CONTRATADA deverá entregar os veículos em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei nº 9.503/97, de 23.09.97) - Código de Trânsito Brasileiro, inclusive quanto ao registro e concessão de operação nos órgãos competentes, podendo a CONTRATANTE, sempre que julgar necessário e pertinente, exigir a imediata substituição daqueles veículos que não estejam nas condições ideais de trafegabilidade, sendo esta substituição por veículo de mesmas especificações e características ou de qualidade superior. Os veículos requisitados deverão estar devidamente licenciados, equipados e totalmente regularizados, de forma a atender todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações onde são definidas as normas de conduta e conteúdo do equipamento a ser utilizado nos veículos.

Os veículos deverão possuir ar condicionado, direção hidráulica, acessórios obrigatórios (cintos de segurança três pontas, extintor estepe, chave de roda, macaco, triângulo e estepe), bem como equipamentos e utilidades que permitam o rastreamento e monitoramento do mesmo, de modo a ser possível, preferencialmente via web ou telefone contornar eventuais ocorrências, tais como:

- I. Rádio comunicador;
- II. Rastrear o veículo 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- III. Busca de endereço onde o veículo se encontre em mapa com marcação de rota em tempo real;
- IV. Localização exata do veículo, com dia, hora e velocidade;
- V. Possibilidade de bloqueio remoto via celular ou web.

A CONTRATADA arcará com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto deste termo de referência, incluindo todos os custos e encargos. A CONTRATADA também deverá prestar assistência 24 horas, assegurando a continuidade e eficiência do serviço.

Em caso de avaria, acidente, ou manutenção corretiva, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do veículo, de mesmas especificações e características ou de qualidade superior, obedecendo ao prazo máximo de 12 (doze) horas, não causando prejuízos e interrupção no atendimento dos pacientes.

As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas se darão sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE, e quando houver a real necessidade. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá, também, providenciar laudo técnico sobre as condições de uso dos pneus do veículo e, caso o laudo seja desfavorável, a substituição deverá ser imediata. As manutenções preventivas e corretivas abrangem a realização de geometria e balanceamento. No caso de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, por culpa ou não da CONTRATADA, a CONTRATADA providenciará a devida comunicação para elaboração de Registro de Ocorrência. A remoção, a despesa com guinchos, as franquias de seguro e outras despesas relativas aos veículos sinistrados são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, através de seguro próprio para os veículos já embutido no valor da proposta. A CONTRATADA se responsabilizará pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros.

No início da prestação dos serviços e periodicamente será realizada vistoria, sendo emitido o Termo de Vistoria, onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.

A CONTRATADA deverá possuir seguro total dos veículos locados, inclusive para cobrir danos a terceiros. Os veículos deverão possuir todos os equipamentos obrigatórios, face ao Código Nacional de Trânsito e demais legislações pertinentes.

A manutenção preventiva deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias úteis e o prazo para realização da manutenção, preventiva ou corretiva, não deverá ultrapassar 12 (doze) horas. No caso de exceder esse prazo, outro veículo de mesmo nível ou superior deverá ser disponibilizado.

A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de impostos referente a prestação de serviços, licenciamento e IPVA.

A CONTRATADA deverá Apresentar para a contratante, via e-mail, as multas oriundas do uso dos veículos (dentro do período do contrato) no prazo legal para pagamento,

identificação e contestação. (Obs: no ato da realização dos contratos, a contratante irá apresentar o e-mail, contato telefônico e o servidor responsável pelo recebimento e o devido encaminhamento das multas).

Entregar as ambulâncias devidamente identificadas (adesivadas) constando: "Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia". Os adesivos obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Secretaria solicitante no momento da contratação.

As ambulâncias deverão estar equipadas com pneus em perfeitas condições de uso e de segurança, inclusive estepe. Os pneus não poderão ser recauchutados. Na troca de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados.

Toda manutenção do veículo, bem como seguro e pneus são de responsabilidade da contratada. As Ambulâncias deverão conter todas as especificações conforme termo de referência.

O combustível, motorista e equipe médica necessários ao transporte dos pacientes serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia.

Os veículos deverão ser totalmente segurados. A cobertura do seguro deverá contemplar todos os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, intempéries da natureza, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais causados a terceiros e/ou ocupantes do veículo, bem como os casos de responsabilidade civil por danos morais.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente designado para tal.

Para fins de verificação da conformidade, os serviços serão recebidos na forma que segue:

- a) Provisoriamente – no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) Definitivamente – no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade dos serviços executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que o serviço será prestado em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do fornecimento do objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.8 – Das Obrigações Acessórias do Contratado

5.8.1 - Manter, durante toda a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo e no instrumento convocatório.

5.8.2 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

5.8.3 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.

5.8.4 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.8.5 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo instrumento convocatório e seus anexos.

5.9 – Das Obrigações Acessórias do Órgão Contratante

5.9.1 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do órgão relacionadas à execução do objeto deste termo.

5.9.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste termo e da proposta, para fins de aceitação e pagamento do objeto.

5.9.3 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.10 – Da Duração do Contrato

5.10.1 - O prazo de vigência do contrato para o fornecimento do bem será de 12 (DOZE) meses, contados da expedição da Ordem de Fornecimento e para a garantia e suporte técnico será de acordo com o manual do fabricante, contados do recebimento definitivo do objeto na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente deste Termo de Referência assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma prevista no art. 107 da Lei nº 14.133/21.

5.10.3 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.11 – Dos Dados Complementares

5.11.1 - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6 – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2 – Da Fiscalização do Contrato

6.2.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos

6.2.2 - Fiscalização Técnica

6.2.2.1 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.2.2 - O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.2.3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.2.2.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.2.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.2.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.2.3 - Fiscalização Administrativa

6.2.3.1 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.2.3.2 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.3 - Gestão do Contrato

6.3.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.3.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.3.3 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 – Do Recebimento do Objeto

7.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de em até 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 – Do Prazo e Forma de Pagamento

7.2.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior conforme o cronograma físico-financeiro.

7.2.2 - No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária IPCA – IBGE.

7.2.3 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2.5 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.5.1 - o prazo de validade;

7.2.5.2 - a data da emissão;

7.2.5.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.5.4 - o período respectivo de execução do contrato;

7.2.5.5 - o valor a pagar; e

7.2.5.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.6 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.7 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou mediante apresentação dos seguintes documentos:

7.2.7.1 – Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.7.2 – Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.2.7.3 – Certificado de Regularidade com o FGTS.

7.2.8 – Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 – Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1. - O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.2 – Das Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1 - Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI; inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.2.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

8.2.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, que admitida a sua participação na licitação.

8.2.3.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.3.2.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.2.3.2.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.3.2.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.3.2.4 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.3.3 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.2.3.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.3.5 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.

8.3 - Qualificação Técnica

8.3.1 - O licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s). Este

documento é necessário para verificar aspectos legais e capacitações técnicas de uma empresa, comprovando a execução anterior do fornecimento. Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos ou terceirizados da pessoa jurídica que não atendam ao acima disposto.

8.3.1.1 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.1.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviços.

8.3.1.3 - O prestador de serviços disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.1.4 - A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.3.2 - Deverá ser apresentado Alvará Sanitário, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente, o qual deverá servir, ainda, como licença de operação para ambulâncias, dentro do prazo de validade.

9 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

9.1 - Será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

9.2 - Será admitida a participação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/12, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

10 – DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$559.200,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e duzentos reais), conforme custos unitários apostos *na tabela abaixo*:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	PRAZO DO SERVIÇO	QUANT SERV/MÊS	VALOR UNIT.	PREÇO GLOBAL
1	2	Locação de 02 (duas) AMBULÂNCIAS	SERV/MÊS	12	R\$23.300,00	R\$559.200,00

10.2 – Dos Critérios de Reajuste de Preços

10.2.1 - O preço a ser pactuado será fixo e irrevogável, inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira, em que a periodicidade de aplicação seja inferior a 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01, salvo nas hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, na forma do artigo 134, da lei 14.133/2024.

10.2.2 - Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato decorrente deste termo, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, na forma do que dispõe os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001, poderá a contratada fazer jus ao reajuste do acréscimo do valor contratual, utilizando-se a variação do IPCA-E, contados da data do orçamento que será realizado pelo setor competente e constará em anexo ao edital, conforme previsão contida no § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

11 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia/RJ.

11.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.
Ficha: 1132 - 1131
Fonte: 15001002 - 1600
Programa de Trabalho: 15% Rec. Vinculados Ações Saúde LC 141/2012 - 10.301.061.2.177
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.74,00 - 3.3.90.39.74,00



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU

Proc. nº 7278/2024

Folha nº _____

Rub. _____

11.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 – DOS APÊNDICES / ANEXOS

12.1 - Anexo A – Estudo Técnico Preliminar;

São Pedro da Aldeia, 15 de outubro de 2024.

Elaborado por:

Felipe Valente de Oliveira
Assessor I
Adm. Sec. de Saúde
Matr. 43069

Aprovado por:

Maria Mécia Sampaio Fomes
Matr. 57.877-1/2024
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE